

“Mais uma profícua etapa da caminhada revolucionária”: clubes de futebol em tempos de Ditadura Civil-Militar no Brasil

*“Another Fruitful Stage in the Revolutionary Journey”:
Football Clubs in Times of Civil-Military Dictatorship in Brazil*

João Manuel Casquinha Malaia Santos*

RESUMO

O objetivo deste estudo é fornecer elementos explicativos para entender as atitudes dos dirigentes de clubes de futebol durante a Ditadura no Brasil, oferecendo uma perspectiva adicional para analisar diferentes manifestações em relação ao regime. Além de contribuir para a compreensão da sociedade civil nesse período, busca-se reconsiderar as conexões estabelecidas por dirigentes de clubes de futebol com as autoridades políticas em várias dimensões. Como fontes, foram usados documentos oriundos de fundos do Arquivo Nacional, documentos dos tribunais eleitorais e notícias da imprensa. As investigações mostram um mosaico de ações de conformismo, de indiferença, de adaptação e de adesão ao regime por parte dos dirigentes dos clubes.

Palavras-chave: Ditadura; Clubes de Futebol; História do Esporte.

ABSTRACT

This study aims to provide explanatory elements to understand the attitudes of football club leaders during the dictatorship in Brazil, offering an additional perspective to analyze the different expressions of the regime. In addition to contributing to the understanding of civil society during this period, the study seeks to reconsider the connections established by football club leaders with political authorities in various dimensions. Sources used include documents from the National Archives, documents from electoral courts, and press reports. The investigations reveal a mosaic of actions of conformity, indifference, adaptation, and adherence to the regime by club leaders.

Keywords: Dictatorship; Football Clubs; Sports History.

* Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. joao.m.santos@ufsm.br <<https://orcid.org/0000-0001-7154-3860>>

INTRODUÇÃO¹

No dia 15 de março de 1974, o General Ernesto Geisel assumiu a presidência do Brasil. A ditadura estava prestes a completar dez anos. Dez dias depois de sua posse, chegou ao seu gabinete uma carta em papel timbrado do São Paulo Futebol Clube, um dos maiores clubes esportivos do Brasil, autointitulado no ofício como “o mais querido da cidade”. Assinada pelo então secretário geral do clube, Homero Bellintani, a carta congratulava Geisel pela posse como Presidente da República.

Na carta podemos ler que “brasileiros de todos os rincões, em manifestações de regozijo”, celebravam a ascensão de Geisel à presidência. Viam sua chegada ao poder como “mais uma profícua etapa da caminhada revolucionária” e também como o “reconhecimento público e eloquente dos méritos do eminente patricio e ilustre militar” que tanto havia feito pelo “progressivo engrandecimento da nação”. Bellintani termina a “mensagem congratulatória da família Tricolor” com “fervorosas preces” dirigidas “ao Criador, rogando-Lhe que ilumine os passos do grande Presidente” (Bellintani, 1974).

O Fundo do Gabinete Pessoal do Presidente da República, disponível para consulta no acervo digital do Arquivo Nacional, guarda inúmeras cartas escritas por dirigentes de grandes clubes brasileiros aos presidentes da ditadura. Mas as cartas congratulatórias mostram apenas a superfície de uma relação profunda que se estabeleceu entre clubes esportivos e a ditadura. Uma relação que passa pela normalização do Golpe de 1964, pela organização de eventos em homenagem aos presidentes, pela participação em inaugurações de estádios públicos construídos no período e, a partir de 1971, pelo projeto do novo Campeonato Brasileiro, em parte financiado pela ditadura.

A historiografia já aborda amplamente o envolvimento de diferentes setores da sociedade civil no golpe e na ditadura. Motta (2014, p. 2), por exemplo, afirma que podem existir “representações simplificadoras” com a tendência de “colocar na sombra o apoio de segmentos sociais expressivos ao regime ditatorial, que aderiram de modo espontâneo, sem necessidade de coação”. Ao pensar na Ditadura argentina, Carassai (2013) afirma que há uma infinidade de fenômenos que se desenvolveram em um “segundo plano”, mas que influenciaram e foram influenciados pelo rumo que tomaram os acontecimentos naquele período.

Torna-se importante investigar questões que se relacionem com o cotidiano de pessoas comuns e com a forma como elementos de sua vida contribuíram para que um certo ar de normalidade estivesse presente. Verônica Pe-

reira (2014, p. 352) notou haver “uma aparente lacuna nos estudos sobre o período a respeito do cotidiano e das representações de homens e mulheres comuns contemporâneos ao regime militar, mas que não estiveram envolvidos diretamente na sua manutenção ou na sua resistência”. Apesar da repressão, censura e tentativas de militarização da vida cotidiana, houve ações diretas dos poderes públicos que facilitaram, por exemplo, grandes eventos de entretenimento como jogos de futebol.

Há um imenso conjunto de pessoas que simpatizam com o futebol, que frequentam estádios e/ou acompanham este fenômeno via meios de comunicação. São pessoas que formam suas concepções sociais a partir dessas experiências. Durante a ditadura, o futebol serviu também como uma espécie de propaganda indireta de normalidade. Uma agitação positiva no meio futebolístico podia soar como uma “propaganda inofensiva”. Fez parte de um “instrumento criador de uma atmosfera de paz”, além de poder estar alinhado, em muitos casos, a uma comunicação “voltada, principalmente, para o estímulo a um estado de espírito” (Fico, 1997, p. 98).

No Brasil, existe uma produção historiográfica que se consolida nos últimos anos relacionando futebol e ditadura. São trabalhos que se debruçam sobre o uso da seleção brasileira (Magalhães, 2014; Rocha, 2019), sobre a organização de eventos esportivos como ferramenta de propaganda política (Cordeiro, 2015; Rei, 2020), ou ainda sobre a construção de estádios públicos (Malaia; Fortes, 2021). No entanto, o papel desempenhado por dirigentes de clubes de futebol neste período ainda carece de maiores investigações. Assim como apontou o trabalho de Rein (2018) para clubes de futebol durante a ditadura na Argentina, a proposta deste trabalho é compreender as ações de dirigentes de clubes de futebol durante a Ditadura.

Os dirigentes estatutários de grandes clubes são amadores. Geralmente eram pessoas de grupos sociais privilegiados, como advogados, industriais, empresários comerciais, políticos de carreira ou funcionários públicos de escalões mais elevados. Segundo Campos (2018a, p. 346), nos últimos anos desenvolveram-se vários trabalhos sobre “o empresariado em suas diferentes frações, acomodações em organizações de classe e ação política” na ditadura. O autor aponta que essa renovada historiografia possibilita perceber melhor como o empresariado brasileiro agiu durante a ditadura, quais “as nuances de seus diversos ramos em relação com o regime, formas de suporte à política de terrorismo de Estado e o favorecimento dos mesmos via políticas setoriais ou mais gerais”.

No entanto, os empresários que comandavam equipes de futebol, talvez

por serem gestores amadores de associações sem fins lucrativos, não mereceram ainda a atenção devida. Procuram-se repensar os vínculos que dirigentes de clubes de futebol estabeleceram com as autoridades políticas em diversas dimensões, no contexto de uma longa tradição de complexas relações entre clubes e o Estado. Procura-se oferecer uma lente adicional para analisar um mosaico de expressões de conformismo, indiferença, adaptação, adesão ou (em menor grau) oposição ao regime por parte de dirigentes de grandes clubes de futebol no período.

Para a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes oriundas de fundos do Arquivo Nacional, como o Fundo do Gabinete Pessoal do Presidente da República, o Fundo de Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça e o Fundo do Serviço Nacional de Informações. Foram utilizados também documentos dos tribunais eleitorais relacionados às eleições realizadas ao longo da década de 1970, disputadas entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os partidos permitidos pela ditadura. A partir desses dados é possível observar de que maneira clubes de futebol de cidades onde a ARENA não teve resultados eleitorais satisfatórios foram cooptados para a principal competição nacional de futebol do país.

Além disso, utilizamos também fontes de alguns dos principais jornais brasileiros, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira ou em acervos digitais privados, como o do jornal *O Estado de São Paulo*. O fato de todos os jornais de grande circulação dedicarem ao menos uma página diariamente ao futebol já é um indicador em si de que este é um tema que atrai leitores. A opção pelo uso da imprensa de grande circulação se deve por este setor ter “um papel relevante nas disputas políticas e na correlação de forças entre classes sociais e frações de classe ao longo do regime” (Campos, 2018b, p. 3). Ao selecionar, destacar, recortar, iluminar e moldar reportagens, os jornalistas criam uma impressão que as pessoas consideram real (Schudson, 2003).

Após esta introdução, o artigo segue com cinco seções adicionais. A primeira aborda o Golpe de 1964 e a postura de alguns dirigentes dos principais clubes brasileiros diante da crise política. Em seguida, é analisado um torneio realizado em homenagem ao presidente Médici. Posteriormente, examina-se o papel que grandes clubes de futebol tiveram nas inaugurações dos estádios públicos construídos pela ditadura. Antes das considerações finais, discute-se a organização de um novo campeonato brasileiro como parte dos discursos de integração nacional, com a participação efetiva do governo e dos principais clubes de futebol do país.

CLUBES DE FUTEBOL E O GOLPE DE 1964: “TUDO NORMAL...”

Antes do golpe e durante o período em que esteve na presidência, João Goulart abordou questões relevantes do futebol brasileiro. Assumindo o cargo menos de um ano após a renúncia de Jânio Quadros, Goulart enfrentou oposição da elite e das Forças Armadas. Em julho de 1962, ele recebeu, no Palácio da Guanabara, os jogadores da seleção brasileira de futebol após a conquista do bicampeonato mundial.

A vitória na Copa de 1962 vinculou Goulart às vitórias da seleção e facilitou sua aproximação com os jogadores. O presidente prometeu um automóvel Willys para cada jogador e os encorajou ao engajamento em partidos políticos na defesa de seus direitos.

Em 1964, sob crescente pressão de setores conservadores, Goulart começou a buscar mais direitos para os jogadores profissionais de futebol. Na época, os jogadores eram vinculados aos clubes por contratos que os prendiam mesmo após seu término, conhecidos como “passe”. Para se transferir para outro clube, o jogador (mesmo sem contrato) precisava que o novo clube pagasse uma compensação financeira ao clube detentor do “passe”.

Poucos dias antes do Golpe, em 24 de março de 1964, e diante da crescente oposição nas ruas, Goulart emitiu o Decreto n. 53.820, alterando o sistema de transferência de jogadores de futebol entre clubes. O decreto mantinha a prática de pagamento de indenização ao clube cedente, em conformidade com normas internacionais. Contudo, a mudança principal do decreto estava no parágrafo 2º do mesmo artigo, que garantia ao jogador profissional cedido 15% do valor da indenização ou do “passe” pago pela associação desportiva cedente.

Assim, a partir desse momento, 15% da indenização seria destinada ao jogador em transferências entre clubes de futebol. Embora não possamos afirmar que essa medida antagonizou os dirigentes de clubes contra Goulart, é perceptível que beneficiou os jogadores de futebol, demonstrando ações do presidente oriundas de um compromisso ampliado com os trabalhadores. Além disso, retirou uma parte substancial das receitas dos clubes, especialmente dos grandes, que realizavam transações financeiras significativas envolvendo jogadores.

O golpe ocorreu em 1º de abril de 1964, uma quarta-feira, coincidindo com vários jogos importantes de clubes brasileiros, incluindo partidas do torneio Rio-São Paulo. Naquela noite, estavam programados os jogos Fluminense versus Bangu, no Maracanã, e Corinthians versus São Paulo, no Pacaembu.

O jogo entre Fluminense e Bangu foi adiado devido à “situação política” (Bangu e Flu jogarão... 1964, p. 15). Já o jogo Corinthians e São Paulo foi “adiado pela revolução” (Carlos Alberto triste..., 1964, p. 16).

Outras partidas foram canceladas ou adiadas, como o amistoso entre Grêmio e Juventude, que seria disputado no dia 2 de abril, em Porto Alegre, no Estádio Olímpico. A imprensa daquela cidade afirmava que, apesar de a situação política “ter se abalado nas últimas horas”, o trabalho no setor esportivo estava “alheio às consequências que estão por acontecer. Para os treinadores, jogadores e dirigentes, o setor de esportes não foi e não pode ser alterado.” (Colorados, Tricolores e Estrelados... 1964, p. 7). Dois dias depois, a Secretaria de Segurança teria proibido reuniões públicas para evitar atritos e aglomerações, resultando no cancelamento da programação esportiva do fim de semana (Futebol e Turfe em recesso, 1964, p. 7).

Nos dias seguintes ao golpe, a imprensa carioca dava destaque aos festejos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro com a queda de João Goulart (Zona Sul festejou..., 1964, p. 7; Paulistas jogam papel..., 1964, p. 7). No *Jornal do Brasil* de 3 de abril, a cobertura da queda de Goulart incluía uma grande fotografia na página 5, ocupando 1/6 do canto esquerdo superior, com o título “Um milhão de pessoas na rua festeja vitória democrática” e a legenda “Uma multidão livre”. Mais adiante na edição, o jornal discutia a situação dos jogadores e treinadores dos clubes naquele contexto.

Castilho, Altair, Manoel e Moraes foram os únicos jogadores do Fluminense a aparecerem no clube no dia 2. Não se tinha notícia de Jair Marinho, que saiu da concentração avisando que voltaria para Niterói “com ou sem revolução”, referindo-se à greve das barcas (Depois da Revolução, 1964, p. 15).

Há uma nota afirmando que Moraes teria sido “a grande vítima da Revolução”. O jogador chegou ao clube de terno e afirmou ter estado na sede do Ministério da Justiça por ter “negócios pendentes” com Abelardo Jurema, Ministro da Justiça de João Goulart. Chegando ao local, não encontrou nem a secretária, nem o ministro, já depositos pelo golpe. O jornalista escreveu: “o negócio, de pendente que estava, ficou liquidado”.

Em outra nota, afirmava-se que Manuel Solich, treinador do Fluminense, não respondia aos contatos feitos pelo telefone, “talvez por causa da revolução”, mas que deveria voltar ao clube naquele dia 3 (Solich sumiu, 1964, p. 15). O amistoso que o clube faria no domingo seguinte em Juiz de Fora-MG foi cancelado. A página continua com notícias do Botafogo, que realizou treino normal e confirmou jogo contra o Corinthians no domingo, 4 de abril. O Vas-

co também treinou normalmente e confirmou sua partida contra o Palmeiras para o mesmo dia.

Na página seguinte, duas páginas majoritariamente fotográficas oferecem um resumo da situação social e política no Rio de Janeiro. À esquerda, grandes fotos da Marcha da Família com Deus, ocorrida na cidade em 2 de abril, com a chamada “Um milhão de pessoas foram às ruas repudiar o comunismo”. Na página seguinte, à direita, fotos associando o 1º de abril à queda de Goulart e ao caos, incluindo uma imagem tremida do centro do Rio de Janeiro com pessoas correndo e um policial militar em primeiro plano.

As notícias dos principais clubes retratavam uma relativa normalidade, apesar dos problemas de comunicação com jogadores e treinadores e do adiamento de jogos devido à “Revolução”. Os treinos continuaram sem interrupções e os jogos do Torneio Rio-São Paulo prosseguiram conforme remarcados. Enquanto os jornais celebravam a “Marcha da Vitória” (Fico, 2014), as notícias esportivas confirmavam a estabilidade diante do contexto político delicado.

O final de semana chegou, e com ele também a “normalidade no futebol”, com as partidas do Torneio Rio-São Paulo. No sábado, 4 de abril, Palmeiras e Vasco se enfrentaram no Pacaembu; Botafogo e Corinthians jogaram no Maracanã. No dia seguinte, Santos e Bangu jogaram no Pacaembu, já Flamengo e Portuguesa se enfrentaram no Maracanã.

No Rio Grande do Sul, apesar da proibição de jogos pela Secretaria de Segurança do Estado, o Internacional enfrentou a equipe local da cidade de Rio Grande no domingo, 5 de abril. Segundo o *Jornal do Dia*, de 7 de abril, o público poderia ter sido maior “não fosse o jogo acertado apenas 24 horas antes de sua realização e ainda mais que a peleja na manhã de domingo esteve ameaçada em sua realização” (p. 9). O mesmo jornal, na mesma página, afirma que Carlos Froner, dirigente técnico do Grêmio, deu entrevista dizendo que, “em que pese a situação que estamos atravessando, aqui no Grêmio continua tudo normal” (Froner, 1964, p. 9).

Segundo Marcos Napolitano (2022), “os militares brasileiros conseguiram adentrar de maneira mais bem sucedida no sistema político e jurídico, ancorando-se em todo um aparato legal e político que lhe dava certa aparência de normalidade institucional”. O prosseguimento de atividades de entretenimento de massa, como o futebol, foi primordial como parte desta aparência normalidade. Além disso, os jogos de futebol e toda a sua preparação geravam conteúdos importantes para a imprensa do período, que alimentavam a ideia de que continuava “tudo normal”.

UM TORNEIO EM HOMENAGEM A MÉDICI: “O TORNEIO DO POVO, QUE O CLUBE DO POVO RECEBEU DO PRESIDENTE DO POVO”

No dia 7 de dezembro de 1970, às 8h45 da manhã, o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi sequestrado no Rio de Janeiro, em ação realizada por integrantes do grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Os membros da VPR exigiam do governo a libertação de 70 presos políticos em troca do embaixador, e a negociação se arrastou por muitas semanas.

Enquanto as negociações prosseguiam e a imagem de Médici podia ser prejudicada, dirigentes de clubes de futebol começaram a planejar uma nova competição em janeiro de 1971. O presidente do Atlético Mineiro, Nelson Campos, liderou a iniciativa e convidou o presidente do Flamengo, André Gustavo Richer, o do Corinthians, Wadih Helu, e o do Internacional do Rio Grande do Sul, Carlos Stechmann, para organizar um torneio envolvendo os quatro clubes mais populares do Brasil: o “Torneio do Povo”.

O troféu em disputa do Torneio do Povo levaria o nome do General Emílio Garrastazu Médici (Torneio do Povo já tem tabela, 1971, p. 37). Os presidentes dos clubes não queriam só que o troféu levasse o nome do presidente. Queriam que o próprio Médici entregasse a taça ao time campeão (Médici entrega taça..., 1971, p. 5). A organização deste torneio revelava que os diretores de quatro dos clubes com maior torcida no Brasil mostravam sua adesão e seu suporte ao regime em meio a um momento político tenso.

Dentre esses dirigentes, no âmbito político destacava-se Wadih Helú, que não foi apenas o presidente do Corinthians entre 1961 e 1971. Ele foi Deputado Estadual em São Paulo pela ARENA durante quase toda a ditadura e destacava-se como defensor do regime. Conforme documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) datado de 27 de outubro de 1977, que analisava a postura dos parlamentares brasileiros diante de uma campanha do MBD contra a ditadura, podemos ler que “verificou-se que o deputado Arenista Wadih Helú tomou a defesa da Revolução em enérgicos apartes ao discurso do Deputado Robson Riedel Marinho [MDB]”, e que se tratava de um homem “integrado à Revolução” (Campanha Nacional pela Assembleia..., 1977).

O torneio teve início no final de janeiro de 1971, duas semanas após a troca dos 70 prisioneiros políticos pelo embaixador suíço. Na última rodada, em 19 de fevereiro de 1971, Internacional e Corinthians jogaram no Mineirão em partida decisiva. Um empate favoreceria os paulistas como campeões do Torneio do Povo.

O presidente Médici confirmou presença para entregar a taça, organizan-

do-se um esquema especial pela Associação Desportiva de Minas Gerais e pela Federação Mineira de Futebol (Médici confirma sua presença..., 1971, p. 3). O Corinthians ganhou por 1 X 0, tornando-se campeão do primeiro Torneio do Povo. O capitão Luís Carlos recebeu o troféu Emílio Garrastazu Médici diretamente do presidente, como planejado. Cada jogador do Corinthians também recebeu uma miniatura da taça.

No dia seguinte, o jornal *O Estado de São Paulo* estampou em suas páginas: “O carnaval corintiano começou assim que o juiz apitou o fim da partida: reservas, dirigentes e torcedores invadiram o campo e começou a luta pela camisa dos jogadores” (Médici entrega o troféu, 1971, p. 32). Centenas de torcedores foram ao aeroporto recepcionar a equipe “cantando a marcha ‘Pra Frente Brasil’, que teve a letra trocada por ‘Pra frente Corinthians’”. O presidente do Corinthians, Wadih Helu, ainda deu a seguinte declaração ao jornalista de *O Estado de São Paulo*: “Não é um título qualquer, mas o do Torneio do Povo, que o clube do povo recebeu do presidente do povo”.

O Torneio do Povo foi disputado mais dois anos, em 1972 e 1973. Em 1972, mais uma equipe foi convidada, o Bahia, presidido por Manoel Ignacio de Paula Filho, fiscal de rendas da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. E quem se sagrou o campeão, levando a Taça Emílio Garrastazu Médici para casa, foi o Flamengo. O “campeão do povo”, segundo o *Jornal do Commercio*, teve “carnaval da torcida” (Flamengo é o campeão do povo..., 1972, p. 15).

Em 1973, foi disputada a última edição do Torneio do Povo. Era também o último ano do governo do General Médici. Nesta edição, mais uma equipe foi convidada: o Coritiba, do Paraná, presidido pelo empresário do ramo de transportes Evangelino da Costa Neves, e que comandou o clube entre 1967 e 1979.

O Coritiba venceu aquela edição, e o *Diário do Paraná* descreveu a chegada a Curitiba com festa da torcida, dos jogadores e dos dirigentes do clube, que traziam a Taça Presidente Médici. Os jogadores foram transportados em carro aberto de bombeiros desde o aeroporto até a sede do clube, passando por todo o centro da cidade. Ainda segundo o jornal, “a comemoração pela conquista da Taça do Povo, após o desfile e queima de muitos fogos, prosseguiu noite adentro na sede do clube, no Alto da Glória, com farta distribuição de chopp aos torcedores” (Coritiba, 1973, p. 15).

Por ser a primeira conquista de uma equipe paranaense em uma competição nacional, o Coritiba mantém sua memória orgulhosa desse feito. O clube possui dois hinos, um oficial e outro adotado pela torcida, ambos mencionando essa conquista como “Coritiba, campeão do povo”.

Inicialmente, a equipe vencedora três vezes consecutivas ou cinco vezes

alternadas manteria a taça permanentemente. Contudo, com o término do governo Médici, cessou-se o ímpeto de buscar datas para prosseguir com a homenagem. O Coritiba foi o último campeão e manteve a Taça Presidente Médici, atualmente em exposição na sala de troféus e no site do clube.

OS CLUBES E AS INAUGURAÇÕES DOS ESTÁDIOS DA DITADURA: “O ESTÁDIO TINHA SIDO CONSTRUÍDO ÀS PRESSAS”

Durante a ditadura, foram construídos vários estádios públicos estaduais, como parte dos discursos de integração nacional do regime. Muitos deles foram inaugurados prematuramente, com verdadeiras multidões acorrendo a estádios ainda inacabados, o que, em algumas ocasiões, resultou em tragédias com mortos e feridos. Os jogos inaugurais geralmente envolviam a seleção brasileira ou clubes populares do Sul e do Sudeste contra equipes locais ou selecionados regionais.

O primeiro destes a ser apresentado, o Estádio Governador Magalhães Pinto, foi inaugurado em 5 de setembro 1965, em Belo Horizonte, pelo então governador Magalhães Pinto, pouco antes de encerrar seu mandato. Ele era governador de Minas Gerais desde 1960, e desempenhou papel fundamental no golpe contra João Goulart (Fico, 2014), mantendo-se no cargo com a chegada do novo regime. O jogo inaugural foi disputado entre a seleção brasileira e a seleção uruguaia. A particularidade é que quem representou a seleção brasileira naquele jogo foram os jogadores e a comissão técnica do Palmeiras.

Dos estádios construídos ou reformados pelo poder público durante a ditadura destacamos 14 construídos pelos governos estaduais (Malaia; Fortes, 2021), além da reforma do estádio Octavio Mangabeira (conhecido com Fonte Nova), em Salvador-BA. Os clubes de São Paulo, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul presentes nas inaugurações recebiam boas quantias em dinheiro pagas pelos governos estaduais, que também arcavam com as despesas de deslocamento e hospedagem.

O Flamengo foi o clube mais presente nas inaugurações, participando dos jogos inaugurais no estádio Vivaldo Lima (Manaus-AM), da reinauguração da Fonte Nova (Salvador-BA) e da inauguração do Estádio Governador Pedro Pedrossian (Campo Grande-MS). O Corinthians esteve em duas inaugurações: em 1971, contra o Flamengo, em Campo Grande, e em 1974, inaugurando o Estádio de Brasília (DF).

Outra equipe que participou de duas inaugurações foi o Botafogo, curio-

samente em dois dias seguidos em 1975, na Paraíba. Primeiro, jogou contra o Campinense para a inauguração do Estádio Senador Ernani Satyro, em Campina Grande. No dia seguinte, jogou contra o Botafogo da Paraíba para a inauguração do Estádio Governador Ernani Satyro (atual José Almeida Filho), em João Pessoa.

O Fluminense também esteve presente em dois desses jogos inaugurais. O primeiro deles em 1973, na inauguração do Estádio Governador Alberto Silva, (Teresina-PI), e depois, em 1975, na inauguração do Estádio Governador José Fragelli (Cuiabá-MT). Palmeiras (em 1965, na inauguração do Estádio de Minas Gerais), Santos (no jogo inaugural do Estádio Rei Pelé, em Maceió-AL) e Grêmio (na reinauguração da Fonte Nova, em 1971) estiveram presentes em uma inauguração cada.

Os estádios, em sua maioria, levavam o nome dos governadores da ARENA, nomeados pelos generais-presidentes. E, algumas vezes, estar nessas inaugurações era presenciar (e participar de) momentos de terror. Como em 1971, por exemplo, na reinauguração do estádio Otávio Mangabeira, conhecido como Fonte Nova, em Salvador-BA. Inaugurado em 1951, o estádio foi fechado para a construção de um anel superior que aumentaria sua capacidade em mais de 40 mil pessoas. A reinauguração aconteceu dia 4 de março de 1971, 11 dias antes do fim do mandato do então governador Luiz Viana Filho.

O presidente Médici compareceu à solenidade, na qual ocorreriam dois jogos: Bahia contra Flamengo e Vitória contra Grêmio. Cerca de 100 mil espectadores lotaram a Fonte Nova. Durante a segunda partida, um tumulto se iniciou no anel superior e centenas de pessoas foram comprimidas contra o muro, resultando em pisoteamentos e em pessoas pulando para o anel inferior ou invadindo o gramado (Causa do acidente..., 1971, p. 28). Mais de 3 mil pessoas ficaram feridas, e ao menos cinco morreram.

Os jornalistas não conseguiam informações sobre a tragédia. No *Jornal do Brasil*, ao anunciar a terceira morte em decorrência do evento, o jornalista, que não assinou a reportagem, apontava as dificuldades em obter os nomes das vítimas, seja com o pronto-socorro, seja com o Instituto Médico Legal: “presume-se que esteja havendo instruções superiores no sentido de evitar a revelação dos nomes e dos números das vítimas, principalmente de mortos” (Pronto-socorro anuncia..., 1971, p. 27). Apesar disso, os jornais conseguiram identificar três pessoas falecidas: Alberto Cesar da Silva Santiago, de 11 anos; Maria Helena da Hora Oliveira, de 17 anos; e Rosa Pereira Lima, de 28 anos. E ainda noticiaram o falecimento de uma criança de seis anos e de uma pessoa que ficou irreconhecível.

Dias após o ocorrido, o *Correio Braziliense*, jornal caracterizado pelo apoio à ditadura (Camargo, 2022), noticiou uma denúncia de um menor, cuja identidade era mantida em sigilo, e que havia levado a polícia a suspeitar que o tumulto “foi obra da subversão”. Segundo a denúncia, no dia anterior à inauguração um casal teria sido visto distribuindo “panfletos subversivos” na Baixa do Sapateiro com os dizeres: “Abaixo a Ditadura, abaixo os gorilas, o Estádio é do Povo”. A polícia teria então efetuado a prisão de uma mulher “com as características descritas pelo denunciante”, e que estava sendo “interrogada em sigilo” (Fonte Nova tem mais suspeitos, 1971, p. 1).

Outra tragédia aconteceu em 1973, quando o governador do Piauí, Alberto Silva, realizou a inauguração do estádio com seu nome em Teresina. O jogo inaugural foi entre o Tiradentes-PI e o Fluminense. Na metade do primeiro tempo, houve correria por conta do rompimento de um gradil de proteção entre o fosso e a arquibancada especial, e pessoas caíram de uma altura de seis metros.

Em um primeiro momento, a partida não parou. No entanto, “logo que aconteceu o rompimento do gradil, os jogadores dos dois clubes, técnicos, médicos, juiz e bandeirinhas passaram a ajudar os torcedores” (Drama na inauguração do Albertão, 1973, p. 14). O governador do Piauí tomou os microfones do sistema de som para pedir calma e para que o jogo continuasse após a evacuação dos feridos. E assim foi: após cerca de uma hora de paralisação e ignorando o apelo dos jogadores, o jogo continuou.

Ao todo, foram mais de 500 feridos e cinco mortos em decorrência da tragédia. O jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicou o nome das vítimas fatais: Antônio Pessoa de Carvalho, de 10 anos; Antônio Francisco de Oliveira, de 13 anos; Domingos Washington Luís Bezerra, de 18 anos; Manoel Machado de Cerqueira, de 57 anos; e Pedro Moreira da Silva, de 63 anos (Morreu mais um da tragédia do futebol, 1973, p. 2).

Novamente, o *Correio Braziliense* procurou apresentar hipóteses que mascaravam a responsabilidade do governo. Dias após o acidente, publicou que a polícia procurava “o responsável” pela tragédia. Raymundo Barbosa Menezes, então Secretário de Segurança do Piauí, declarou que esperava prender em breve “o elemento causador do acidente”. Segundo Menezes, “testemunhas” informaram que um homem causou pânico entre torcedores ao gritar que o estádio ia desabar. No entanto, a notícia termina afirmando que o estádio não tinha sequer vestiários, “o que levou muita gente a dizer que o estádio tinha sido construído às pressas” (Polícia procura o responsável, 1973, p. 16).

Em 1975, na Paraíba, o então governador Ernani Satyro inaugurou dois

estádios com seu nome três dias antes de encerrar o seu mandato. Primeiro, em Campina Grande, inaugurou o Estádio Governador Ernani Satyro. No dia seguinte, inaugurou o Estádio Senador Ernani Satyro com um grave acidente. Nenhuma pessoa faleceu, mas mais de 80 ficaram feridas durante o jogo do Botafogo do Rio de Janeiro contra o Botafogo da Paraíba. O governo também procurou alguém para culpar.

De acordo com um documento do Ministério da Justiça da Paraíba, a polícia prendeu o torcedor Carlos Roberto Silva, motorista de táxi. Ele foi levado à Secretaria de Segurança Pública e passou a noite sendo “intensamente interrogado”, acusado de gritar “Vai cair!” para gerar pânico e sabotar a inauguração. Os policiais queriam provar que Carlos estava ligado ao deputado estadual Ruy Gouveia (MDB), em um “plano subversivo” para prejudicar o governador Ernani Satyro. Por saber que o estádio estava sendo inaugurado às pressas, Gouveia fez diversas declarações dizendo que uma tragédia poderia ocorrer no dia da inauguração. No dia seguinte, mesmo com esse “intenso interrogatório”, os policiais afirmaram que não era possível comprovar a ligação do torcedor com o referido deputado (Informes da Divisão de Segurança..., 1975).

Os dirigentes dos clubes que participavam das inaugurações sabiam das condições precárias dos estádios, pois a imprensa fazia ampla cobertura dessa situação. Entretanto, não pareciam estar muito preocupados. Colocaram as instituições que dirigiam para participar dessas inaugurações e serem protagonistas de espetáculos que levaram à morte de ao menos uma dezena de pessoas.

CLUBES DE FUTEBOL E O NOVO CAMPEONATO BRASILEIRO: “A VONTADE DELIBERADA DO GOVERNO DE INTEGRAR MAIS PROFUNDAMENTE O FUTEBOL NA VIDA DO PAÍS”

Em 1970, equipes brasileiras tinham a chance de competir em um torneio de âmbito nacional, a Taça de Prata, que incluía os campeões estaduais. O torneio sucedeu a Taça Brasil, criada em 1959 e que foi disputada até 1968. Havia ainda os campeonatos estaduais e o Torneio Rio-São Paulo, entre as principais equipes desses dois estados. Com o tricampeonato mundial em 1970 e a construção de grandes estádios, a ideia de um campeonato nacional mais representativo das diversas regiões do país passava a ser um importante ativo na formação de discursos de integração nacional.

E foi no início de 1971, dia 4 de fevereiro, que João Havelange, presidente da CBD, anunciou a nova competição. O *Jornal dos Sports* dedicou uma pági-

na inteira para dar a notícia e elogiava a nova fórmula que trazia uma “conquista definitiva: todo o Brasil, de Norte a Sul, correndo atrás da mesma bola, gritando a uma só boca o mesmo gol”. Encerrava a matéria afirmando que, a partir do “I Campeonato Nacional, o futebol do Brasil é um só” (Brasil ganha o seu grande..., 1971, p. 14).

A criação de um campeonato nacional de clubes enfrentava desafios logísticos devido ao tamanho do país e aos altos custos de transporte. O governo federal resolveu essa questão. Em 1971, o Ministro da Educação de Médici, Jarbas Passarinho, anunciou que os recursos para os deslocamentos seriam custeados por meio da Loteria Esportiva, organizada pela Caixa Econômica Federal. A Loteria consistia em apostar em 13 jogos de futebol em todo o país; quem acertasse os 13 jogos ganhava um prêmio correspondente a 30% da arrecadação total. Os 70% restantes eram destinados ao desenvolvimento esportivo.

Segundo o *Jornal dos Sports*, a assistência ao futebol profissional (incluindo as passagens aéreas para o Campeonato Brasileiro) derivaria do plano de aplicação de recursos advindos da Loteria, a ser elaborado pelo Conselho Federal de Desportos e pelo Departamento de Educação Física e Desportos. O plano, aprovado pelo Ministro Passarinho, destinava uma subvenção de Cr\$ 1.500.000,00 para a compra de passagens aéreas dos 20 clubes participantes².

O primeiro “novo campeonato brasileiro” disputado em 1971 teve a participação de 20 equipes na primeira divisão. Além da dificuldade inicial, a seleção das equipes para o primeiro campeonato considerou sua popularidade e seus interesses políticos. Já o último campeonato da primeira divisão da década de 1970, em 1979, foi disputado por 94 clubes, ou seja, um aumento 74 clubes na primeira divisão.

O aumento revelava questões políticas do período. As inaugurações dos estádios públicos abordados anteriormente influenciaram governadores a pressionar João Havelange, presidente da CBD, pela inclusão dos clubes locais na primeira divisão nacional. Mas havia ainda outro fator: as eleições do período para senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

No decorrer da década de 1970, houve uma queda de votos para a ARENA e um aumento para o MDB. Isso levou clubes de cidades onde a ARENA teve desempenho fraco a serem convidados para a primeira divisão do campeonato nacional. Essa prática gerou um ditado popular: “Onde a ARENA vai mal, mais um time no Nacional”. Relacionar a entrada de clubes no Campeonato Brasileiro dos anos 1970 com os resultados das eleições que aconteceram no período oferece percepções significativas desse processo de uso político do novo campeonato.

Em 1972, o Campeonato Brasileiro ampliou sua primeira divisão de 20 para 26 clubes, com convites direcionados pela CBD a times que possuíam estádios públicos recém-inaugurados em suas cidades, caso do ABC de Natal (com o Estádio João Machado), do CRB de Maceió (com o estádio Rei Pelé) e do Sergipe (com o estádio Lourival Batista). Além disso, o convite ao Vitória-BA também pode ser atribuído à reinauguração da Fonte Nova, em 1971. O Nacional de Manaus e o Remo de Belém do Pará também participaram do Brasileiro de 1972, revelando o interesse em incluir representantes da região Norte.

Nesse mesmo ano, ocorreram eleições municipais favoráveis à ARENA, refletindo o desempenho anterior nas eleições para Senado e Congresso Nacional. A ARENA elegeu 3.322 prefeitos, comparados aos 463 do MDB, além de Médici nomear prefeitos de 162 cidades, incluindo todas as capitais estaduais. Nas eleições para vereadores em todas as cidades, a diferença entre ARENA e MDB era menor nas capitais (221 versus 161 vereadores). No interior, a ARENA manteve uma vantagem significativa, elegendo 20.058 vereadores contra 5.725 do MDB. A ARENA também liderava em votos totais, com 15 milhões (72%), contra 5,8 milhões (28%) do MDB (Brasil, 1988).

Em 1973, o campeonato nacional da primeira divisão expandiu de 26 para 40 clubes. O CEUB, um centro universitário de Brasília com equipe de futebol foi incluído devido às expectativas em torno do Estádio de Brasília, inaugurado em 1974. O Tiradentes de Teresina, Piauí, também entrou devido à inauguração às pressas (e trágica) do estádio com o nome do governador Alberto Silva, em 1973.

Nas eleições de 1972, a vitória do MDB em Cariacica e Campinas pode explicar a inclusão de dois times na primeira divisão do campeonato de 1974. Em Cariacica, o Desportivo Ferroviário foi convidado, após ampla vitória do MDB para prefeito e vereador. Em Campinas, a derrota da ARENA foi significativa, tanto para prefeito quanto para vereador, e o Guarani foi inserido no campeonato.

No final de 1974, ocorreram novas eleições para deputados federais e senadores, resultando em desempenho desfavorável para a ARENA. No Senado, o MDB conquistou 16 das 22 vagas em disputa, enquanto a ARENA obteve apenas seis. Para a Câmara dos Deputados, a ARENA garantiu 204 vagas, enquanto o MDB conquistou 160 (Brasil, 1977).

No final de 1974, houve uma mudança significativa na liderança do esporte brasileiro. João Havelange assumiu a presidência da FIFA, a federação mundial de futebol. Para seu lugar na CBD foi nomeado o Almirante da Marinha Heleno Nunes, que era também presidente regional da ARENA no Rio

de Janeiro. Durante a gestão de Nunes no comando da CBD, o número de clubes na primeira divisão disparou.

No Brasileiro de 1975, não houve grande aumento de clubes. De 40, passaram a ser 42 as equipes disputando a primeira divisão do Nacional. Mas, no início de 1976, a imprensa já falava abertamente da ampliação de times no campeonato daquele ano e dos vínculos políticos do campeonato com a política nacional por meio das ações do Almirante Heleno Nunes. O jornalista Geraldo Romualdo escreveu uma crônica para o *Jornal dos Sports*, na qual afirmava que existia “a vontade deliberada do Governo de integrar mais profundamente o futebol na vida do País”. Afirmava ainda que, como Nunes era, ao mesmo tempo, presidente da CBD e “membro da ARENA, o partido no Poder, ele pensa realizar essa vontade, multiplicando o número de jogos em todo o território brasileiro” (Romualdo, 1976, p. 16).

E foi isso que aconteceu. O Brasileiro de 1976 teve um acréscimo de 12 clubes na primeira divisão, passando de 42 para 54. Mais clubes de cidades onde foram construídos estádios públicos foram incluídos. Foi o caso do Mixto, de Cuiabá, cidade do Estádio José Fragelli, inaugurado em 1975 pelo então governador que deu nome ao estádio. Foi também o caso do Treze, de Campina Grande, cidade onde o governador da Paraíba inaugurou um dos dois estádios que fez no estado. Além disso, 10 times de estados onde a ARENA tinha sido amplamente derrotada nas eleições para o Senado de 1974 também foram incluídos.

No final de 1976, houve eleições municipais no Brasil, resultando em novas derrotas para a ARENA. O partido diminuiu de 3.322 prefeituras para 3.176, enquanto o MDB aumentou de 463 para 614. Em relação aos vereadores nas capitais, a ARENA caiu de 221 para 215 vereadores, enquanto o MDB aumentou de 161 para 210. Nas cidades do interior, a ARENA manteve-se forte, subindo de 20.058 em 1972 para 26.905 em 1976. Apesar disso, o MDB ampliou ainda mais sua representação, passando de 5.725 para 9.276 vereadores (Brasil, 1979).

O Almirante Heleno Nunes seguiu inflando a competição, e o campeonato de 1977 incluiu mais oito times, passando de 54 para 62 os participantes. Quatro dos novos ingressantes eram de cidades com eleições amplamente favoráveis ao MDB: Caxias do Sul, Goiânia, Joinville e Piracicaba.

Em 1978, um novo aumento. Naquele ano, 74 equipes passaram a disputar o campeonato nacional. Das 12 novas equipes, quatro delas vieram de cidades onde a ARENA havia sido derrotada nas eleições de 1976.

Em Aracaju, após o MDB ter conseguido mais de 40 mil votos para can-

didatos a vereador contra 28 mil da ARENA, o Sergipe foi convidado para a primeira divisão. O Brasil, da cidade de Pelotas, no RS, ganhou vaga na primeira divisão após as derrotas da ARENA nas disputas para prefeito e para vereador. O mesmo aconteceu na cidade de Nova Lima, em Minas Gerais, o que pode ter gerado o convite para o Vila Nova daquela cidade disputar a primeira divisão.

Já no Rio de Janeiro, apesar de o prefeito ser nomeado, nas eleições para vereador o MDB teve mais de 1 milhão e 200 mil votos em candidatos, contra pouco mais de 500 mil votos em candidatos da ARENA. Isso pode ter ajudado a cidade a ganhar mais uma vaga no campeonato de 1978, com o Bangu.

Em 1978, ocorreram eleições para deputados federais e senadores. E este foi o pleito mais apertado de toda a ditadura. A ARENA obteve 50,4% dos votos, enquanto o MDB obteve 49,6% (Brasil, 2023). Após estas eleições, o campeonato brasileiro de 1979 chegou ao máximo de clubes na primeira divisão em sua história: 94.

Naquele mesmo ano, por exigência da FIFA, foi criada a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), desmembrando-se da CBD. O Almirante Nunes seguiu sendo presidente da entidade até as eleições de 1980. O eleito para esta nova fase da entidade foi o empresário do ramo de móveis Giulite Coutinho, ex-presidente do América (RJ). O campeonato brasileiro de 1980 teve menos da metade dos clubes de 1979, com 44 participantes. Nos anos seguintes, a CBF organizou os campeonatos com cerca de 20 clubes.

Após a saída do Almirante Heleno Nunes, o campeonato brasileiro deixou de ser um balcão de negócios políticos e passou a se concentrar em fórmulas mais enxutas e lucrativas. O campeonato foi deixando de contar com apoio do governo militar, que também dava sinais de preparar sua saída de cena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo era a de trazer possibilidades para a compreensão do papel de dirigentes de alguns dos grandes clubes de futebol brasileiro como uma lente adicional para analisar as mais diversas expressões em relação ao regime militar instaurado pós-1964. A ideia foi a de lançar luz para diversas situações na ditadura envolvendo dirigentes destes clubes, grande parte deles ligados a setores mais abastados da sociedade brasileira, e alguns deles inclusive políticos ligados ao regime. Pode-se perceber as nuances destes grupos em conexão com o regime, suas estratégias de apoio à política governamental e o respaldo desses setores por meio de políticas específicas ou abrangentes.

Os dirigentes de clubes foram responsáveis pela manutenção de uma sensação de normalidade frente ao golpe de Estado perpetrado pelas Forças Armadas, sendo assim, um importante braço civil desta empreitada. Dirigentes de grandes clubes organizaram uma competição em homenagem ao então presidente Médici, em meio ao crescimento da oposição e de ações da luta armada. Foram também responsáveis por colocar os clubes que dirigiam em jogos de estádios inaugurados às pressas e que ocasionaram terríveis tragédias, com inúmeros feridos e muitos mortos. E foram também parte de uma imensa manobra política, com a participação em um renovado campeonato nacional, em parte bancado pela ditadura.

No entanto, estas talvez sejam apenas algumas poucas impressões iniciais. Investigações mais aprofundadas podem nos dar ainda maior conhecimento sobre este fenômeno. Neste trabalho, há um certo limite regional e de concentração de análise em alguns dos maiores clubes do Brasil das regiões Sudeste e Sul, bem como em campeonatos de abrangência nacional. Entretanto, há uma imensa gama de situações ainda por pesquisar, como, por exemplo, análises mais aprofundadas da participação de clubes nos campeonatos de abrangência regional e estadual; o papel de dirigentes de clubes no apoio às intervenções do governo nas diferentes federações estaduais e na CBD; a participação de dirigentes de clubes menores e/ou de outras localidades nos arranjos políticos do período; ou ainda a participação de dirigentes de clubes esportivos como candidatos em eleições ou à efetiva ocupação de cargos eletivos durante a ditadura.

Há uma imensa dificuldade em se acessar documentos internos desses clubes, como atas de assembleias e de reuniões de diretoria, que poderiam nos trazer detalhes mais aprofundados desta relação. Há ainda, por parte de historiadores/as, uma falta de iniciativa em estudar os principais clubes de futebol no Brasil e suas relações com o governo ditatorial. É um desafio que precisamos enfrentar, mesmo que se descubra que dirigentes de clubes pelos quais torcemos por uma vida inteira tenham usado estas agremiações como instrumentos de apoio à ditadura.

Não podemos nos esquecer daqueles que, de certa forma e em algum momento, tiveram atitudes com intuito de realizar, na medida do possível, enfrentamentos. Casos como, por exemplo, o da Democracia Corinthiana, fenômeno já investigado (Florenzano, 2009) e que representa uma tendência historiográfica inicial de pensar resistências à ditadura. Mas é impossível negar que grandes clubes do Brasil, por meio da ação de seus dirigentes, foram participantes na construção de discursos de consentimento à ditadura, seja

com conformismo, indiferença, se adaptando ou aderindo ao regime; seja na normalização do Golpe de 1964, em torneios em homenagem ao presidente, fazendo parte de festas de inauguração de estádios públicos, ou participando do novo campeonato brasileiro. Que este trabalho seja um “pontapé inicial” nesta delicada questão.

REFERÊNCIAS

- BANGU E FLU JOGARÃO no dia 8 ou 29. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 3 abr. 1964.
- BELLINTANI, Homero. São Paulo Futebol Clube; Fundo do Gabinete Pessoal do Presidente da República; Localização: BR_DFANBSB_JF_EBG_0_0070. Rio de Janeiro (Arquivo Nacional – AN). 25 mar. 1974.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos*: 10º Vol.: eleições municipais realizadas em 1972. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1988.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos*: 11º Vol.: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974. [S.l.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1977.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Boletim Eleitoral*: resultado das eleições municipais de 1976. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, ano 28, n. 340, nov. 1979.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultados das eleições realizadas em 1978. 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1978>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL GANHA O SEU GRANDE campeonato. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 14, 5 fev. 1971.
- CAMARGO, Juliana Marques de Carvalho. *Invasão, Repressão e Violência*: uma análise da cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as invasões da Universidade de Brasília durante o regime militar. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, 2022.
- CAMPANHA NACIONAL PELA ASSEMBLEIA Constituinte. Informação N. 5195/115/77-ASP/SNI; Fundo: Serviço Nacional de Informações; Localização: BR_DFANBSB V8 MIC GNC AAA 7710710. Rio de Janeiro (Arquivo Nacional – AN). 30 set. 1977.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas. *Transversos: Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 12, pp. 335-358, 2018a.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). *Revista História* (São Paulo), n. 177, pp. 1-22, 2018b.

- CARASSAI, Sebastián. *Los Años Setenta de la Gente Común: La naturalización de la violencia*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Ediciones, 2013.
- CARLOS ALBERTO TRISTE vai pedir ao Flu aumento para esquecer Santos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 16, 4 abr. 1964.
- CAUSA DO ACIDENTE na Bahia ainda não foi apurada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 28, 5 mar. 1971.
- COLORADOS, TRICOLORES E ESTRELADOS continuam treinando em ritmo normal. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 7, 2 de abr. 1964.
- CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CORITIBA: festa para os campeões. *Diário do Paraná*, Curitiba, p. 15, 23 mar. 1973.
- DEPOIS DA REVOLUÇÃO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 2 abr. 1964.
- DRAMA NA INAUGURAÇÃO DO ALBERTÃO. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 14, 27 ago. 1973.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FLAMENGO É O CAMPEÃO DO POVO sem derrotas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 15, 22 fev. 1972.
- FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: Educ, FAPESP, 2009.
- FONTE NOVA TEM MAIS SUSPEITOS. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 1, 12 mar. 1971.
- FRONER: Grêmio está treinando para a conquista do Tri em 1964. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 9, 7 de abr. 1964.
- FUTEBOL E TURFE EM RECESSO este fim de semana! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 7, 4 abr. 1964.
- INFORMES DA DIVISÃO DE SEGURANÇA e Informações do Ministério da Justiça; Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça; Localização: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0274. Rio de Janeiro (Arquivo Nacional – AN). 10 mar. 1975.
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Tudo é um só coração?: disputas e conflitos de memória na Copa de 70. In: CORDEIRO, Janaina et al. (Orgs.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. pp. 111-126.
- MALAIA, João Manuel Casquinha; FORTES, Rafael. “Brasil-grande, estádios gigantescos”: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, pp. 165-183, jan. 2021.
- MÉDICOS ENTREGA TAÇA do Torneio do Povo. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 5, 16 jan. 1971.

- MÉDICI CONFIRMA SUA PRESENÇA na decisão. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 3, 13 fev. 1971.
- MÉDICI ENTREGA O TROFÉU. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 32, 20 fev. 1971.
- MORREU MAIS UM DA TRAGÉDIA DO FUTEBOL. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 2, 28 ago. 1973.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Tempo*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 1-21, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. *Passés Futurs*, v. 12, pp. 1-15, 2022.
- PASSAGEM DE AVIÃO COMPRADA até sábado não sofre aumento. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 12, 19 jan. 1971.
- PAULISTAS JOGAM PAPEL e cantam Hino na queda do Presidente Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 2 abr. 1964.
- PEREIRA, Verônica Sales. Algumas observações sobre a vida cotidiana no regime militar. In: NAPOLITANO, Carlo José et al. (Orgs.). *O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. pp. 352-366.
- POLÍCIA PROCURA O RESPONSÁVEL. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 16, 28 ago. 1973.
- PRONTO-SOCORRO ANUNCIA outro morto, mas não dá identidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 27, 6 mar. 1971.
- REI, Bruno Duarte. *Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.
- REIN, Raanan. Introducción. In: REIN, Raanan; GRUSCHETSKY, Mariano; DASKAL, Rodrigo (Comps.). *Clubes de fútbol en tiempos de dictadura*. San Martín: Unsam Edita, 2018. pp. 15-22.
- ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. Os empresários, a pátria e a bola: nacionalismo, organização empresarial e o financiamento da seleção brasileira de futebol de 1970. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 68, pp. 655-674, set. 2019.
- ROMUALDO, Geraldo. Dez milhões de dólares. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, p. 16, 9 de jan. 1976.
- SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York; London: W.W. Norton & Company, 2003.
- SOLICH SUMIU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 15, 2 abr. 1964.
- TORNEIO DO POVO JÁ TEM TABELA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 37, 5 de jan. de 1971.
- ZONA SUL FESTEJOU com lenço branco e desfiles de carro a queda de Goulart. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 7, 2 abr. 1964.

NOTAS

¹ Trabalho realizado a partir dos resultados do projeto “Os estádios da Ditadura: história pública para o enfrentamento do revisionismo nas escolas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² No dia 19 jan. 1971, o *Diário de Pernambuco* apresentou uma breve lista de preços de passagens aéreas, após reajuste de 10% nas mesmas, tomando por base o Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia, a passagem mais barata era entre Rio de Janeiro e São Paulo e custava Cr\$ 105,00. A mais cara era para São Luiz (MA), que custava Cr\$ 852,82. O valor subsidiado pelo governo seria o suficiente para comprar mais de 14 mil passagens entre Rio de Janeiro e São Paulo, ou mais de 1.700 passagens entre Rio de Janeiro e São Luiz (Passagem de avião comprada..., 1971, p. 12).